

Plebiscito pode dar a Sarney mais prejuízo que lucro

Lançada pelo governador Moreira Franco, a tese do plebiscito para homologar ou rejeitar o parlamentarismo, caso seja adotado pelos constituintes, foi retomada pelo presidente José Sarney em outra escala: submeter a Constituição inteira a referendo. Uma proposta que estava no projeto da Comissão Arinos.

O general De Gaulle fez isso na França depois da Segunda Guerra e derrubou uma constituição que tinha acabado de ser aprovada. Em 1958, voltou ao

poder e foi consagrado por um referendo. Sarney não é De Gaulle: quando viu que no mesmo referendo capaz de lhe dar o presidencialismo o povo poderia abreviar seu mandato para quatro anos, recuou. Pressionou os nove governadores que se reuniram na sexta-feira em Florianópolis e a proposta — que teve péssima repercussão na Constituinte — foi colocada de molho.

A consulta direta ao povo surgiu na Grécia antiga, ganhou em Roma o nome de plebiscito e virou com Napoleão méto-

do moderno de legitimar fatos consumados. O plebiscito foi usado com sucesso, em clima de terror e com a sociedade enquadada, por muitos regimes fascistas, como os de Hitler, Mussolini, Franco e Pinochet. Mas as consultas sobre determinados assuntos altamente polêmicos fazem parte também da vida das democracias. No Brasil, a idéia surgiu no Estado Novo, mas só foi levada à prática em 63, para derrubar o parlamentarismo e restituir a João Goulart os poderes de presidente.

Estado Novo teria consulta

O projeto de Constituição do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) previa a realização de um referendo popular ao fim da Constituinte, mas o projeto de Bernardo Cabral não fala nessa consulta. Segundo o professor Miguel Ulhoa Cintra, diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, "se houver um plebiscito para decidir o sistema de governo ou dizer 'sim' ao novo texto constitucional, as regras deverão vir no próprio texto, estipulando-se o tipo de referendo e como será sua aplicação".

A Constituição de 37 — chamada *Polaca*, porque seu autor, Francisco Campos, se inspirou numa constituição fascista polonesa (a de 1935) — previa um plebiscito homologatório, que nunca chegou a se realizar. Por sinal, foi esse o argumento jurídico que permitiu esticar indefinidamente o "mandato" de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Seria de seis anos, a partir do plebiscito. A consulta nunca foi feita e os juristas do regime argumentavam que, por isso, nunca tinha começado efetivamente a contagem dos seis anos de mandato.

No início de 1944, os generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Góis Monteiro, até pouco tempo antes chefe do Estado-Maior do Exército, fizeram um plano para tentar evitar a redemocratização, que, com as vitórias dos exércitos aliados na Europa, se mostrava cada vez mais inevitável.

Propunham a realização de um plebiscito, em lugar da convocação de uma constituinte, eleições diretas e a indicação de Vargas para um novo período. Entregaram o plano a Getúlio no dia 22 de fevereiro — o mesmo dia em que José Américo de Almeida, com uma entrevista ao *Correio da Manhã*, derrubou a censura à imprensa. Vargas não esperou o dia seguinte para anunciar que haveria eleições gerais.

Proposta é repelida por constituintes

BRASÍLIA — A tese de um plebiscito nacional sobre o futuro sistema de governo foi rechaçada na Constituinte e imediatamente reabriu o debate a duração do mandato de Sarney. "Não sou favorável, porque inevitavelmente o plebiscito — que, aliás, seria um referendo — se pronunciaria sobre o sistema de governo e também sobre o mandato presidencial" — resumiu o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), parlamentarista histórico e presidente da Comissão de Sistematização.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, não escondeu o desdobraimento da proposta: "Plebiscito? Tudo bem, só que o mandato do presidente acabaria entrando." Arinos e Cardoso são parlamentaristas e desconfiam da proposta porque temem que ela seria uma forma de golpear, numa segunda etapa, a vitória que eles esperam obter na Constituinte, na votação referente ao sistema de governo.

Interesse — Mas até presidencialistas rejeitaram a proposta. "Se interessa ao governo é porque não é bom", disse o deputado Afif Domingos (PL-SP). Se ganhar o parlamentarismo na Constituinte, não haverá "nada a fazer", disse Afif, que também acha "impraticá-

vel" a sugestão do Palácio do Planalto de um plebiscito não apenas sobre o sistema de governo, mas sobre toda a futura Constituição.

Sua sugestão é diferente: a Constituinte deve assegurar um mecanismo que permita mudar o sistema de governo, no futuro. Por exemplo, reduzindo o atual quorum de dois terços para maioria absoluta dos parlamentares (metade mais um), no caso de emendas constitucionais.

O deputado Roberto Jefferson (RJ), vice-líder do PTB, presidencialista, ficou na mesma linha. Da forma como foi apresentada, a tese do plebiscito é "um casuismo dos governadores", segundo Jefferson, que entretanto é favorável a um tipo de plebiscito sobre os pontos polêmicos da Constituinte, inclusive o próprio sistema de governo.

"A proposta dos governadores diz mais do interesse pessoal deles que do interesse do povo. Todo governador tem vocação a candidato a presidente da República e eles querem preservar o poder imperial do presidente", disse Jefferson. Pelos seus cálculos, 10 dos 19 deputados do PTB na Constituinte são parlamentaristas, inclusive os três representantes do partido na Comissão de Sistematização

(Gastone Righi, Francisco Rossi e Joaquim Bevilacqua, todos de São Paulo).

Batata quente — O deputado Konder Reis (PDS-SC), relator da Constituição de 67 e hoje um dos principais nomes do grupo interpartidário do senador José Richa (PMDB-PR), rechaçou inteiramente a sugestão do plebiscito. "Seria uma demonstração de que os políticos brasileiros não aprenderam a lição de 1961. Nós, constituintes, temos uma delegação para escolher o sistema de governo. O povo, quando nos elegeu, sabia que a Constituinte disporia também sobre o sistema de governo", disse.

Ele não admite o plebiscito porque "isto seria jogar a batata quente nas mãos do povo", e o resultado seria "fabricar uma crise". Defendeu, porém, a idéia de uma período de transição, durante o governo Sarney, para a implantação gradual do parlamentarismo, se vier a ser aprovado pela Constituinte.

Na esquerda, a reação foi parecida, mesmo entre os que apoiam o plebiscito como instituição permanente da vida política, caso do líder do PCB na Câmara, Roberto Freire (PE). Um referendo do tipo "sim" ou "não" ao sistema de governo seria algo "muito fascista, que diria muito pouco", segundo ele.



A coroação de Napoleão



Mussolini em 34: absoluto



Pinochet foi referendado

De Gaulle derrotou Constituinte

De Napoleão a Pinochet, método de homologação

A democracia direta vem da Grécia antiga, onde o povo era convocado a tomar decisões na ágora, a praça pública. Mas a palavra plebiscito nasceu em Roma. No século 5 antes de Cristo, os patrícios — elite econômica, social e política da república romana — faziam assembleias chamadas *comitia* e aprovavam leis que valiam para todos. A plebe se reunia em *concilia*, mas só no século 3 a.C. o povo conseguiu ver seus plebiscitos reconhecidos como lei válida para todos.

Depois, Roma virou império, desapareceu, a Europa entrou na Idade Média e passaram-se muitos séculos até que o plebiscito fosse reintroduzido na vida política. Foi no período final da Revolução Francesa. Em fevereiro de 1800, o general Napoleão Bonaparte submeteu a plebiscito a Constituição do Ano VIII (1799), resultado do golpe de Estado de 18 Brumário. Pouco mais de dois anos depois, novo plebiscito homologava sua nomeação para cônsul vitalício. Napoleão seria coroado imperador em dezembro de 1804 — sob a chancela de mais um plebiscito.

Bonapartismo — O plebiscito não saiu mais da vida política da França. Voltou a ter papel importante depois de outro golpe de Estado, que Karl Marx chamou de *18 Brumário de Luís Napoleão*. Luís Napoleão Bonaparte era sobrinho de Napoleão. O golpe foi no dia 2 de dezembro de 1851 e o plebiscito, 19 dias depois, tornou o "príncipe-presidente" Luís Napoleão forte candidato a imperador, título que ele ganhou exatamente um ano depois — por plebiscito.

Quase cem anos depois, em 1946, o general Charles de Gaulle usou o ple-

biscito para derrubar uma constituição e aprovar outra. A primeira consulta, em 1945, foi para saber se a Constituinte seria soberana. De Gaulle, que chefiava o governo, preferia limitar os poderes constituintes da Assembléia. Ganhou por 53% dos votos.

Quando a nova Carta foi aprovada por uma pequena maioria de comunistas e socialistas, o general, já fora do governo, conseguiu fazer com que um referendo a rejeitasse. Nova Constituinte foi eleita. A maioria já não era de esquerda. A segunda Constituição foi aprovada em novo referendo por pouco menos de 9,3 milhões, contra de 8,1 milhões de "não" e quase 8 milhões de abstenções. Novas crises não se fariam esperar.

Em 1958, De Gaulle voltou ao poder. Mais uma Constituição foi preparada, agora segundo o modelo do general: presidente da República eleito por voto direto para mandato de sete anos, com poder de nomear o primeiro-ministro e os demais ministros e o direito de dissolver a Assembléia.

Os franceses lhe deram 80% de aprovação num referendo e ele governou mais onze anos: em 1969, o general submeteu a referendo projeto de supressão do Senado e de organização de conselhos regionais nomeados pelo governo. A lei não o obrigava a isso, mas ele avisou que, se perdesse, deixaria o poder. Derrotado, foi para seu retiro e morreu 18 meses depois.

Consultas — A Constituição em vigor na Espanha foi aprovada num referendo nacional em dezembro de 1978. Em 1980, as leis que o então presidente do Uruguai, Aparício Méndez, mandou fazer, para preservar a influência das Forças Armadas em questões de segurança nacional, receberam um solene "não" de 57,8% dos eleitores, e acelerou-se a democratização do país. A Turquia acaba de marcar um referendo popular para decidir o destino dos líderes políticos cassados

em 82, no desejo de encurtar a pena prevista inicialmente para 10 anos e reintegrá-los à vida política.

Regimes fascistas costumam recorrer a plebiscitos, como o que ajudou Adolf Hitler a anexar a Áustria, em 1938. Na Itália, Benito Mussolini fez duas "eleições plebiscitárias" — o eleitor dizia sim ou não a uma lista de candidatos indicados pelo Grande Conselho Fascista. Em 1929, ganhou por 8,5 milhões contra 135.773. Em 1934, com uma participação de 97%, o número dos que disseram "não" ficou aquém da população de um bairro pequeno de Roma: 15.201 votantes.

Pinochet — O ditador espanhol Francisco Franco teve em 1946 87% de aprovação para se tornar presidente vitalício, em desafio à ONU. O general Augusto Pinochet fez o mesmo no Chile, há nove anos, depois que uma assembleia-geral das Nações Unidas aprovou moção de repúdio ao regime militar em vigor desde 1973. Com 79,2% de aprovação, o general homologou sua própria permanência no poder até 1989, quando as Forças Armadas deverão fazer um novo plebiscito, com o nome de um único candidato à presidência.

A consulta popular sobre assuntos da vida de um país não serve apenas a intenções autoritárias. O povo também é chamado a opinar sobre questões relevantes. Um abaixo-assinado com 500 mil assinaturas provocou a realização de um referendo popular na Itália, em 1981, a fim de confirmar e manter a lei que, dois anos antes, estabeleceu o aborto pago pelo Estado.

A Suíça realiza regularmente consultas desse tipo. Na Espanha, no ano passado, o primeiro-ministro Felipe González empenhou seu próprio prestígio político para decidir uma questão de política internacional: 29 milhões de eleitores o apoiaram, ao dar seu "sim" à permanência do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte.